

REQUERIMENTO N° _____, DE 2010
Dos Sr. Deputado CARLOS ABICALIL, PT/MT e Sr. Deputado PAULO TEIXEIRA, PT/SP

Solicita realização de Seminário Aberto para discussão sobre a política de recursos educacionais abertos.

Senhor Presidente,

Nos termos do *art. 24, inciso XIII, da Resolução, 17/89, Regimento Interno da Câmara dos Deputados*, requeiro a Vossa Excelência, ouvido o Plenário desta Comissão, sejam convidados a comparecerem a este órgão técnico, em *Seminário Pública* sobre **recursos educacionais abertos**, a realizar-se em data a ser agendada, o Ministro da Educação; o Secretario de Educação a Distância do Ministério da Educação; o Conselheiro Kenneth Félix Haczynski da Nóbrega – Chefe do Departamento de Propriedade Intelectual do Ministério das Relações Exteriores; a Chefe do Departamento de Educação Básica da Secretaria de Estado da Educação do Paraná Sra. Mary Lane Hutner; a brasileira professora de direito e pesquisadora da Universidade de Harvard Sra. Carolina Rossini; a diretora da Fundação *Open Society Institute*, Sra. Melissa Hagemann; o advogado e membro do Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas para o Acesso à Informação da Universidade de São Paulo Prof. Bráulio Araújo, a representante da Casa de Cultura Digital Sra. Bianca Santana, entre outros.

JUSTIFICAÇÃO

Alarmantes são as notícias e dados sobre a qualidade da educação no Brasil. Muito se tem feito, principalmente em relação a universalização do acesso a educação básica e das normas de acesso a educação superior. Entretanto um debate cada vez maior penetra nossa vida política e acadêmica relacionado ao uso eficiente das tecnologias de educação na sala de aulas e a eficiência do investimento público – direto e indireto – na produção e distribuição de recursos e materiais educacionais. Este debate reflete, de forma decisiva, na capacidade de inovação dos Brasileiros e de sua inclusão na Sociedade do Conhecimento, como ressaltado por recente relatório da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento econômico (OCDE).

Todos sabemos que a tecnologia, principalmente a Internet, revolucionou muitos aspectos de nossa vida cultural e social, entretanto deixamos de lado, de nossas políticas públicas e leis, a discussão de como a tecnologia pode revolucionar a forma na qual produzimos, distribuímos, acessamos e interagimos com recursos educacionais. Neste sentido, devemos lembrar que a educação é um processo profundamente contextual e contínuo, de modo que temas globais de “participação”, “abertura” e “liberdade” devem ser pensados e implementados de forma vinculada a comunidades locais, e por isso os recursos educacionais devem ser flexíveis o suficiente para serem adequados. Por fim, devemos pensar de forma cuidadosa nas oportunidades de redução de custo e impacto nos cofres públicos que tal revolução pode proporcionar.

Fazemos aqui referência aos chamados **recursos educacionais abertos** que podem ser entendidos como livros didáticos, objetos de aprendizagem, currículos, entre outros materiais para fins educacionais, que, sendo licenciados abertamente, permitem o acesso, uso, *remix*, tradução e adaptação por e para a comunidade de educadores, alunos e grupos relacionados.

Muita atenção a esta temática tem sido dada no mundo. De países Africanos, a Austrália, a Guatemala aos Estados Unidos da América, onde o Presidente Obama e governadores tem declarado apoio e reformado suas estratégias de investimento de milhões de dólares em torno dos recursos educacionais abertos. No Brasil, vê-se alguns projetos inovadores acontecendo de forma isolada, como o projeto do Paraná do Livro Didático Público, como o projeto Portal do Professor do Ministério da Educação e outros como o Scielo Books, da Scielo/BIREME.

No ano de 2010, no qual será realizada a Conferência Nacional da Educação - um espaço democrático aberto pelo Poder Público para que todos possam participar do desenvolvimento da Educação Nacional - é imprescindível que aprendamos como a temática dos *recursos educacionais abertos* (REA) afeta e pode contribuir para uma educação Brasileira mais inovadora e inclusiva. A temática dos REA vai muito além das discussões sobre educação a distância, pois trata da abertura e democratização do conhecimento e não somente do acesso. Trata-se de, ademais, abrir portas da educação para todos e não somente para os formalmente vinculados a uma instituição pública ou privada. Trata-se de utilizar recursos públicos de uma forma mais eficiente. Trata-se de imprimir um movimento e sentimento de colaboração entre nossas instituições educacionais. Trata-se de pensar em processos de inclusão digital que empreguem processos de desenvolvimento de recursos e interação com esses por os que estão sendo incluídos. Trata-se de valorizar o professor.

Por tudo isso, espero termos o prazer de receber convidados nacionais e internacionais para conhecer e debater tais tópicos e construir, juntos, os próximos passos em relação a inclusão desta temática na pauta política desta Comissão e na Conferência Nacional de Educação de 2010.

Observamos que os custos de viagem e demais logística relativos a visita de tais conferencistas serão arcados pelos próprios em conjunto com o projeto desenvolvido pela Escola de Direito da Fundação Getulio Vargas em São Paulo denominado “Projeto Recursos Educacionais Abertos no Brasil” e apoiado pelo *Open Society Institute* – sociedade filantrópica internacional. Tal evento também possui apoio institucional do escritório da UNESCO no Brasil e na França.

Respeitosamente,

Sala das Comissões, em 10 de março de 2010.

Deputado CARLOS ABICALIL, PT/MT

Deputado PAULO TEIXEIRA, PT/SP